

**X LEGISLATURA – 3ª SESSÃO LEGISLATIVA**  
**ACTA Nº 12**

Aos quatro dias do mês de Dezembro de dois mil e sete, pelas 15 horas, reuniu a Comissão de Assuntos Económicos, Inovação e Desenvolvimento Regional. Estavam presentes as Sras. Deputadas e os Srs. Deputados constantes da respectiva folha de registo.

Havendo quórum para funcionamento e deliberação, nos termos do nº 5 do artigo 58º do Regimento da Assembleia (AR), o Vice-Presidente, Sr. Deputado Duarte Lima (PSD) deu início aos trabalhos. Foi aprovada a seguinte Ordem de Trabalhos:

**1. Apreciação e votação das actas:**

- **N.º 10 (27 de Novembro 2007) – Audição ANIT-LAR**
- **N.º 11 (27 de Novembro 2007)**

**2. Constituição de Subcomissões;**

**3. Apreciação e Votação do Parecer sobre o Projecto de Lei 331/X/2ª (PCP) – “Torna obrigatória para as empresas concessionárias da distribuição de gás natural a instalação de postos públicos de abastecimento de gás natural comprimido (GNC) nas capitais de distrito das suas respectivas áreas geográficas.” – Dep. Rosário Águas (PSD)**

**4. Apreciação e Votação do Relatório Intercalar da Petição 394/X/3ª da APED - Associação Portuguesa de Empresas de Distribuição - “Defesa da abertura do comércio aos domingos e feriados.” – Dep. David Martins (PS)**

**5. Plano de Actividades;**

**6. Requerimento do PSD - (Solicita audição do Sr. Secretário de Estado do Turismo - Debater e aprofundar as orientações definidas no ante-projecto de Decreto-Lei sobre as Regiões de Turismo)**

**7. Outros assuntos:**

- **Expediente**

No ponto 1 da OT, relativo à **apreciação e votação das actas n.º 10 e 11**, o Sr. Deputado Agostinho Lopes (PCP) apontou uma correcção, na acta 11, quanto à sua intervenção no âmbito da audição a conceder em matéria de licenciamento comercial, recordando ter dito que não só concordava com uma única audição, conjunta, mas também apelava à urgência da referida audição, tendo em conta o processo de apreciação da AR à execução da Lei n.º 12/2004 e a revisão eventualmente em curso nessa matéria por parte do Governo.

A Sra. Deputada Rosário Águas (PSD) pediu a palavra na sequência da intervenção do Sr. Deputado Agostinho Lopes. Referiu poder agendar para a reunião seguinte da Comissão o seu parecer relativamente ao Relatório de Execução da Lei n.º 12/2004, e recordou que de acordo com os termos da referida Lei, a AR deve pronunciar-se sobre o Relatório, pelo que o seu parecer em nada decorre das audições em discussão.

De seguida, solicitou à mesa a apresentação de um Requerimento oral. Tendo o Sr. Deputado Duarte Lima dado anuência, a Sra. Deputada Rosário Águas propôs que, na sequência do impacto da Lei n.º 12/2004 na actividade económica, a Comissão deliberasse requerer ao Governo estudos de direito comparado sobre licenciamento comercial, com vista a conhecer o enquadramento legal existente noutros países. O Requerimento foi colocado à votação, tendo sido aprovado por unanimidade.

Ainda no âmbito do ponto 1 da OT, a Sra. Deputada Teresa Venda (PS) informou a Mesa de que faria chegar uma correcção à acta n.º 10.

De seguida, não havendo mais sugestões da parte dos Srs. Deputados, as actas foram colocadas à votação, tendo sido aprovadas por unanimidade, com ressalva das duas correcções referidas.

No ponto 2 da Ordem de Trabalhos, referente à **Constituição de Subcomissões**, o Sr. Deputado Duarte Lima solicitou aos Grupos Parlamentares que indicassem à Mesa os Srs. Deputados a compor a Subcomissão de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas (SCADRP) e a Subcomissão do Turismo (SCT).

O Sr. Deputado Jorge Seguro Sanches (PS) informou que os Srs. Deputados do GP do PS se mantêm face às Subcomissões anteriores. A Sra. Deputada Rosário Águas informou, quanto à SCADRP, que o GP do PSD será constituído pelos Srs. Deputados Carlos Poço, Carloto Marques e Nuno da Câmara Pereira, fazendo chegar posteriormente à Mesa o nome do quarto Deputado do PSD. No que diz respeito à SCT, o GP do PSD será constituído pelos Srs. Deputados Hugo Velosa, Melchior Moreira e Mendes Bota, fazendo chegar posteriormente à Mesa o nome do quarto Deputado do PSD. O Sr. Deputado Agostinho Lopes informou que será o membro do PCP na SCADRP, informando posteriormente a Mesa sobre o membro do PCP na SCT. Por seu turno, o CDS-PP deu indicação do Sr. Deputado Helder Amaral para a SCADRP e do Sr. Deputado Telmo Correia para a SCT. A Mesa ficou de contactar os GP do PEV e do BE a fim de saber a representação destes GP nas referidas Subcomissões.

O Sr. Deputado Miguel Ginestal pediu a palavra para realçar a importância de dar posse às Subcomissões, tendo sido proposto e aceite efectuar-las no dia seguinte, pelas 14h30.

No ponto 3 da Ordem de Trabalhos, referente à **Apreciação e Votação do Parecer sobre o Projecto de Lei 331/X/2ª (PCP) – “Torna obrigatória para as empresas concessionárias da distribuição de gás natural a instalação de postos públicos de abastecimento de gás natural comprimido (GNC) nas capitais de distrito das suas respectivas áreas geográficas”**, a Sra. Deputada Rosário Águas apresentou o parecer, concluindo que o Projecto de Lei em apreciação “reúne os requisitos constitucionais e regimentais para ser discutida e votada em Plenário”.

O Sr. Deputado Agostinho Lopes pediu a palavra para informar que o GP do PCP fez chegar aos serviços de apoio à Comissão, para distribuição pelos Srs. Deputados, uma actualização referente ao PJJ, com algumas correcções, que enumerou.

A Sra. Deputada Rosário Águas propôs efectuar uma adenda ao parecer, mencionando as correcções efectuadas pelo PCP.

O Sr. Deputado Jorge Seguro Sanches pediu a palavra para sugerir, por outro lado, que seja referido nas conclusões que os GP remeteriam a sua posição política para a discussão do Projecto de Lei no Plenário.

O Sr. Deputado Duarte Lima recordou que, segundo as novas disposições regimentais – artigo 137.º do RAR – as posições políticas dos GP devem ser remetidas para a parte IV do parecer, ao que os Srs. Deputados anuíram.

No ponto 4 da Ordem de Trabalhos, sobre a **Apreciação e Votação do Relatório Intercalar da Petição 394/X/3ª da APED - Associação Portuguesa de Empresas de Distribuição - “Defesa da abertura do comércio aos domingos e feriados**, o Sr. Deputado David Martins (PS) apresentou o relatório intercalar da petição, dando sugestões para dar seguimento à petição, nomeadamente uma agenda de audições por um grupo de trabalho da Comissão, e respectiva calendarização. Recordou, ainda, que está para discussão na especialidade o Projecto de Lei 329/X/2, do Bloco de Esquerda, sobre idêntica matéria, ainda que com objecto oposto, o do “encerramento das grandes superfícies comerciais aos domingos e feriados”.

O Sr. Deputado Mendes Bota (PSD) referiu que, sendo um relatório factual, o PSD não apresentaria objecções, concordando com as propostas apresentadas de solicitar informações ao governo e às diversas entidades sobre a matéria. Acrescentou que a posição política do PSD seria remetida para o momento oportuno.

O Sr. Deputado Agostinho Lopes opinou que a listagem referida no relatório intercalar deveria ser mais alargada.

O Sr. Deputado Duarte Lima colocou então à votação o relatório intercalar, tendo este sido aprovado por unanimidade.

No ponto 5 da Ordem de Trabalhos, relativo ao **Plano de Actividades**, o Sr. Deputado Duarte Lima recordou que os GP tinham ficado de apresentar uma proposta consensual sobre matérias a inscrever no Plano de Actividades. Uma vez que não foram entregues os referidos contributos, a apreciação do dito Plano foi adiada.

No ponto 6 da Ordem de Trabalhos, relativo ao **Requerimento do PSD - Solicita audição do Sr. Secretário de Estado do Turismo - Debater e aprofundar as orientações definidas no anteprojecto de Decreto-Lei sobre as Regiões de Turismo**, o Sr. Deputado Hugo Velosa apresentou o Requerimento.

A Sra. Deputada Hortense Martins (PS) usou da palavra, referindo ser indiscutível o interesse da matéria, mas recordando igualmente que o Secretário de Estado do Turismo estivera recentemente na AR, por ocasião de uma audição em Julho, e da discussão na especialidade da proposta de Orçamento de Estado para 2008 (OE2008), ocasiões onde assuntos conexos foram discutidos.

O Sr. Deputado Agostinho Lopes recordou que a CAEIDR aprovou, já na X Legislatura, um Requerimento do PCP com vista à audição do Sr. Ministro da Economia e da Inovação no âmbito do

PRACE, quanto às Regiões de Turismo. Acrescentou que a intervenção do Sr. Secretário de Estado do Turismo no âmbito da discussão do OE2008 não trouxera esclarecimentos na matéria.

O Sr. Deputado Hugo Velosa sublinhou que a questão das Regiões de Turismo é matéria política muito relevante, e que a AR deve ter uma palavra sobre a matéria, salientando que o PSD tem a faculdade de utilizar requerimentos potestativos, conforme as novas disposições regimentais.

A Sra. Deputada Hortense Martins reforçou o argumento de que o Sr. Secretário de Estado do Turismo respondera às diversas questões colocadas sobre a matéria aquando das suas vindas recentes à AR.

Não havendo mais intervenções, o Requerimento foi colocado à votação, tendo sido rejeitado pelos votos contra do PS, tendo o PSD e o PCP votado a favor.

No ponto 7 da Ordem de Trabalhos, relativo aos **Outros assuntos**, o Sr. Deputado começou por dar conta aos Srs. Deputados do Requerimento do PSD sobre Projectos de Interesse Nacional e Programa de Investimentos em Infra-estruturas Prioritárias, tendo sido deliberado agendar o Requerimento para a reunião seguinte da Comissão.

O Sr. Deputado Agostinho Lopes recordou a audição conjunta de diversas entidades sobre a matéria do licenciamento comercial, propondo a marcação de uma data para a referida audição ou a criação de um grupo de trabalho com o intuito de chegar a um consenso sobre a matéria.

O Sr. Deputado Jorge Seguro opinou que esse assunto deveria ser discutido tendo igualmente sobre a mesa o Parecer sobre o Relatório de execução da Lei n.º 12/2004 e a proposta de Plano de Actividades, enquanto elementos essenciais para definir uma metodologia de trabalho e de marcação de reuniões.

O Sr. Deputado Agostinho Lopes salientou que a metodologia estava definida quanto a ser uma única audição, recordando o carácter urgente da mesma.

O Sr. Deputado Duarte Lima, concatenando as intervenções, sugeriu adiar a discussão para a reunião seguinte da Comissão, tendo por base todos os documentos entretanto produzidos.

Finalmente, foi analisado o expediente. A Comissão deliberou por unanimidade receber em audiência o Sindicato dos Trabalhadores Têxteis, Lanifícios e Vestuários do Centro, tendo os GP ficado de informar os serviços sobre representantes a inserir no Grupo de Trabalho.

A reunião foi dada por encerrada pelas 16 horas e 20 minutos, dela se tendo lavrado a presente acta, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Lisboa, 12 de Dezembro de 2007.

O PRESIDENTE DA COMISSÃO,

**(Rui Vieira)**